

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO - SEP  
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES - IJSN

**NOTA  
TÉCNICA** | **13**

# **EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO**

**Indicadores Socioeconômicos do Espírito Santo / PNAD 2009**

**Rede de Estudos de Economia  
do Bem-Estar e do Setor Público**

Magnus William de Castro  
Antônio Ricardo F. da Rocha  
Jaqueline S. Costa  
Lorena Zardo Trindade  
Tatiana Kolodin Ferrari

Vitória | 2010



# Sumário

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>3</b>
<b>1.EDUCAÇÃO.....</b>	<b>4</b>
<b>1.1.FREQUÊNCIA ESCOLAR.....</b>	<b>5</b>
<b>1.2.ESCOLARIDADE MÉDIA.....</b>	<b>8</b>
<b>2.MERCADO DE TRABALHO.....</b>	<b>12</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>21</b>

# Apresentação

O Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN tem a finalidade de produzir conhecimento social, econômico e territorial sobre o Estado do Espírito Santo para subsidiar os gestores públicos na formulação e na avaliação de políticas públicas.

Neste ano, o IJSN divulga uma série de quatro Notas Técnicas sob o título “PNAD 2009 - Indicadores Socioeconômicos do Espírito Santo”, que discutirão, a evolução dos indicadores socioeconômicos referentes ao Estado no período de 2001 a 2009.

A série de Notas Técnicas abordará áreas como demografia, educação, e mercado de trabalho, além de tratar de arranjos familiares, situação dos domicílios, renda e desigualdade e classes sociais.

## 1 - EDUCAÇÃO

Schutz, nos anos 1950, foi o primeiro autor a estabelecer uma relação direta entre educação e o desenvolvimento econômico dos países. Para o autor, a educação é o fator que diferencia os países, uma vez que existe uma forte correlação entre escolarização e riqueza. Assim, quanto maior o nível de escolaridade de um indivíduo maior a contribuição do indivíduo para o desenvolvido do país. Nesse sentido, Hall e Jones (1998) e Mankiw et. al. (1992) argumentam que o investimento em capital humano é responsável por grande parte das diferenças de produtividade entre os países.

O estudo de Becker, em 1993, vai além do estudo de Schultz e mostra a importância do investimento em educação como fator para elevar salários, garantir boas ocupações no mercado de trabalho e reduzir níveis de desemprego. Segundo o autor, o investimento em capital humano é imprescindível na determinação do progresso econômico de indivíduos e países.

Felício e Fernandes (2005) destacam ainda os benefícios não-econômicos como melhores condições de saúde, redução da criminalidade, maior coesão social e participação democrática. Dessa forma, a educação constitui um dos elementos chave para a promoção da prosperidade social e do desenvolvimento econômico.

Em contrapartida, a concentração educacional pode ser um mecanismo gerador de desigualdade de renda e aumento de pobreza, visto que grandes diferenças educacionais podem gerar grandes diferenças salariais, contribuindo para piorar a desigualdade de renda.

No Brasil, os retornos econômicos da educação em termos de rendimentos estão entre os mais elevados do mundo e isto ocorre em função das grandes diferenças educacionais na população, que por sua vez levam a grandes diferenciais salariais.

Langoni (1973) mostrou que parte do aumento da desigualdade no Brasil decorreu entre 1960 e 1970, devido ao aumento na demanda por trabalhadores qualificados associado à industrialização. Barros (1997, 2000), dando sequência ao trabalho de Langoni (1973), enfatizou que um dos principais problemas sociais no Brasil decorre do baixo nível e da má distribuição da educação na população brasileira.

Contudo, nos últimos anos, o Brasil tem experimentado grandes reduções na desigualdade de renda e pobreza. Entre os fatores que mais contribuíram para estes resultados está o aumento na escolaridade média da população. Segundo Barros et al. (2002), a expansão educacional é essencial para fomentar o crescimento econômico e reduzir a desigualdade e a pobreza. Assim, a escolaridade tem se constituído em um dos elementos chave para elevar a produtividade e riqueza. Este aumento nos anos médios de estudo da população pode ser reflexo de uma ampliação do acesso a educação, que por sua vez gera maiores oportunidades para os indivíduos no mercado de trabalho, reduzindo o desemprego e a desigualdade.

Portanto, as melhoras nos indicadores educacionais permitem inferir se existe evolução no processo de desenvolvimento econômico e social de um país, região ou estado. Nesse sentido, a presente nota técnica tem como objetivo apresentar alguns indicadores de educação e de mercado de trabalho para o Espírito Santo.

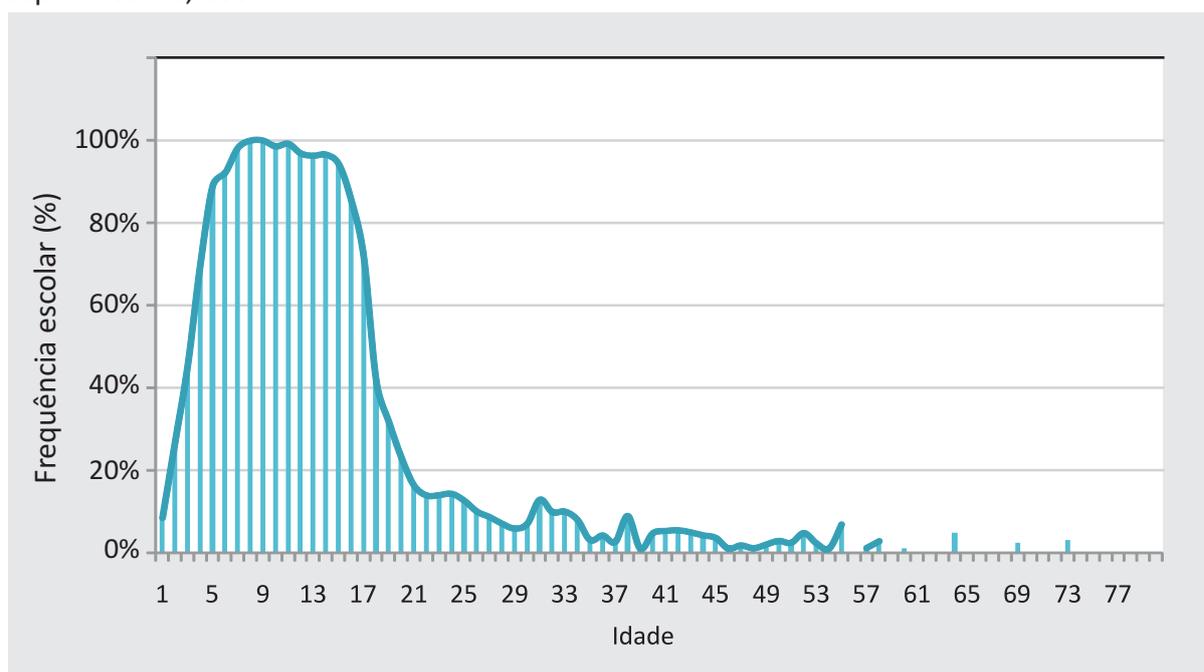
Assim, com a apresentação destes indicadores pretende-se dar indício da evolução do capital social no Estado propicia um ambiente mais favorável para os investimentos e aprimoramento qualitativo das instituições.

Vale ressaltar que os indicadores apresentados nesta nota têm como base os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A análise enfatiza o ano de 2009, bem como a evolução no período de 2001 a 2009.

### 1.1 FREQUÊNCIA ESCOLAR

No Espírito Santo, o ciclo de vida da educação, visualizado por meio da frequência à escola na faixa de idade de 1 a 80 anos, possui a maior concentração de indivíduos nas idades de 4 a 20 anos, no restante, a frequência à escola está abaixo de 20% em cada coorte etária. A concentração de alunos nesta faixa ocorre em todo o país, pois este é o período em que os indivíduos adquirem os conhecimentos básicos para posteriormente entrarem no mercado de trabalho. Em nossa análise será priorizado as coortes etárias com maior concentração de alunos (4 a 17 anos), mas, no entanto, a expansão do exame para o grupo de 18 a 24 anos ocorre em virtude de esta ser a idade com maior concentração de alunos no ensino superior (Figura 1.1).

**Figura 1.1** – Ciclo de Vida da educação - Frequência escolar de 1 a 80 anos de idade - Espírito Santo, 2009.



Fonte: PNAD

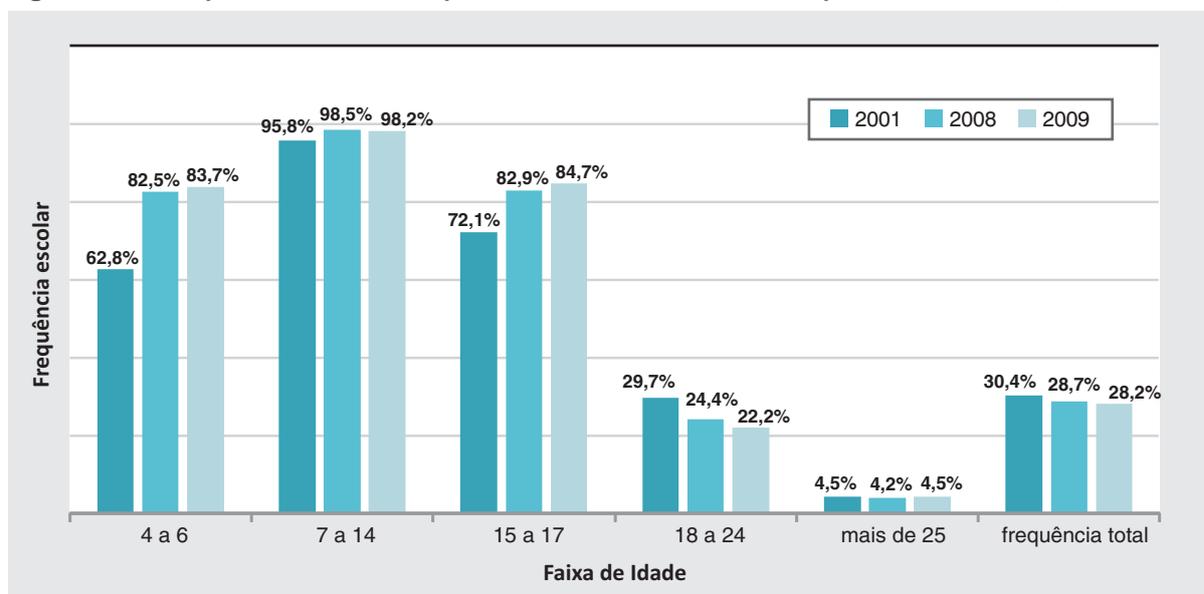
Elaboração: Rede de Estudos de Economia do Bem-Estar e do Setor Público

No Estado, de maneira geral ocorreu uma elevação da frequência escolar. De acordo com a Figura 1.2, pode-se observar que a frequência escolar para a faixa de idade entre 4 e 6 anos passou de 62,8% em 2001, para 83,7% em 2009, uma ampliação no atendimento de 21 p.p. para a educação infantil. Este resultado é de fundamental importância para as crianças, pois o aumento da frequência à pré-escola pode facilitar o desenvolvimento e o aprendizado futuro; e para as mulheres, ao permitir uma maior inserção feminina no mercado de trabalho.

Para a faixa etária de 7 a 14 anos, cuja frequência era de 95,8% em 2001, ampliou-se para 98,2% em 2009, atingindo quase a totalidade de crianças e adolescentes nesta faixa etária. Para a faixa de idade entre 15 e 17 anos, a frequência escolar passou de 72,1% em 2001 para 84,7% em 2009, um crescimento de 12,6 p.p. . Isto demonstra que o Estado tem conseguido aumentar a atratividade da escola e reduzir a evasão escolar nessas faixas etárias.

No que diz respeito à faixa etária de 18 a 24 anos observa-se uma queda na frequência escolar de 7,5 p.p., isto é, passou de 29,7% em 2001 para 22,2% em 2009. A queda nesta faixa de idade pode ser um reflexo da diminuição da distorção série-idade, os indivíduos terminam as séries no prazo de tempo esperado, com as respectivas idades certas, ou pode ser consequência da redução na frequência e elevação do abandono no ensino superior. A conjunção destes efeitos contribui para o crescimento da frequência escolar para os três primeiros grupos de idade analisados anteriormente e a reduz para os indivíduos com idade entre 18 e 24 anos.

**Figura 1.2 – Frequência escolar das pessoas com 5 anos ou mais Espírito Santo – 2001, 2008 e 2009**



Fonte: PNAD

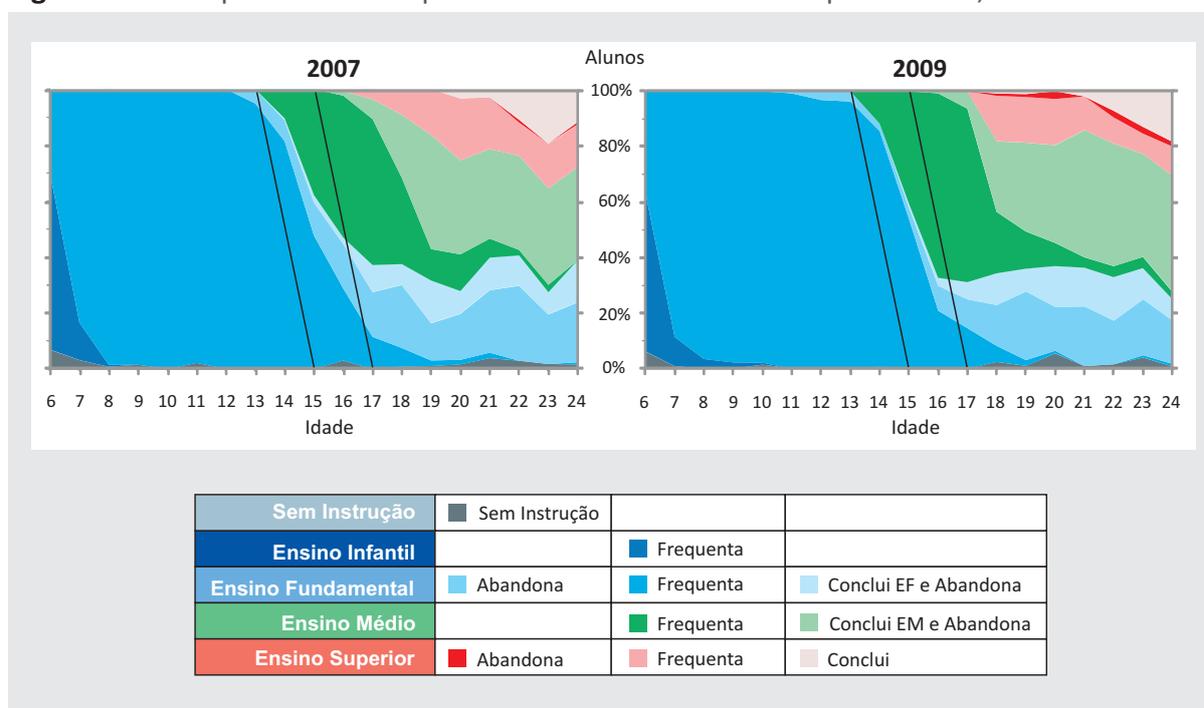
Elaboração: Rede de Estudos de Economia do Bem-Estar e do Setor Público

Estas hipóteses podem ser visualizadas na Figura 1.3. Ao comparar os anos de 2007 e 2009, verifica-se que em 2009 houve um aumento na frequência escolar para os indivíduos com idade entre 6 e 17 anos, o que indica que houve um crescimento na frequência escolar e uma redução no abandono para o ensino fundamental e médio.

Particularmente, pode-se observar que na faixa de idade entre 15 e 17 anos, correspondente ao ensino médio, houve um aumento na frequência escolar em 2009 se comparado a 2007. Com isso verifica-se que mais pessoas passaram a frequentar e concluir o ensino médio com a respectiva idade esperada.

A medida que uma maior parcela dos estudantes concluem o ensino médio na idade esperada, há uma redução na frequência escolar para a faixa de idade entre 18 e 24 anos, em virtude da redução da distorção série-idade. No que se refere a hipótese sobre a redução da frequência e elevação do abandono ao ensino superior para a faixa de idade entre 18 e 24 anos, observa-se a confirmação da mesma.

**Figura 1.3** – Frequência escolar por nível de ensino e idade - Espírito Santo, 2009.



Fonte: PNAD

Elaboração: Rede de Estudos de Economia do Bem-Estar e do Setor Público

Em termos de frequência escolar por rede e nível de ensino, percebe-se que a cobertura do ensino fundamental público passou de 88% em 2001 para 89% em 2009. A cobertura oferecida pelo setor privado recuou de 11% em 2001 para 10% em 2009. Para este nível e tipo de rede observa-se que as mudanças foram pequenas. Contudo, ao se analisar o ensino médio público e privado percebe-se que as mudanças foram mais acentuadas. O ensino médio público passou de 83% em 2001 para 89% em 2009, enquanto que a cobertura do ensino médio privado recuou de 16% em 2001 para 10% em 2009. Estes dados sugerem que o ensino médio privado perdeu espaço, conseqüentemente pode ter ocorrido uma transição dos alunos do ensino privado para o ensino público nos últimos anos.

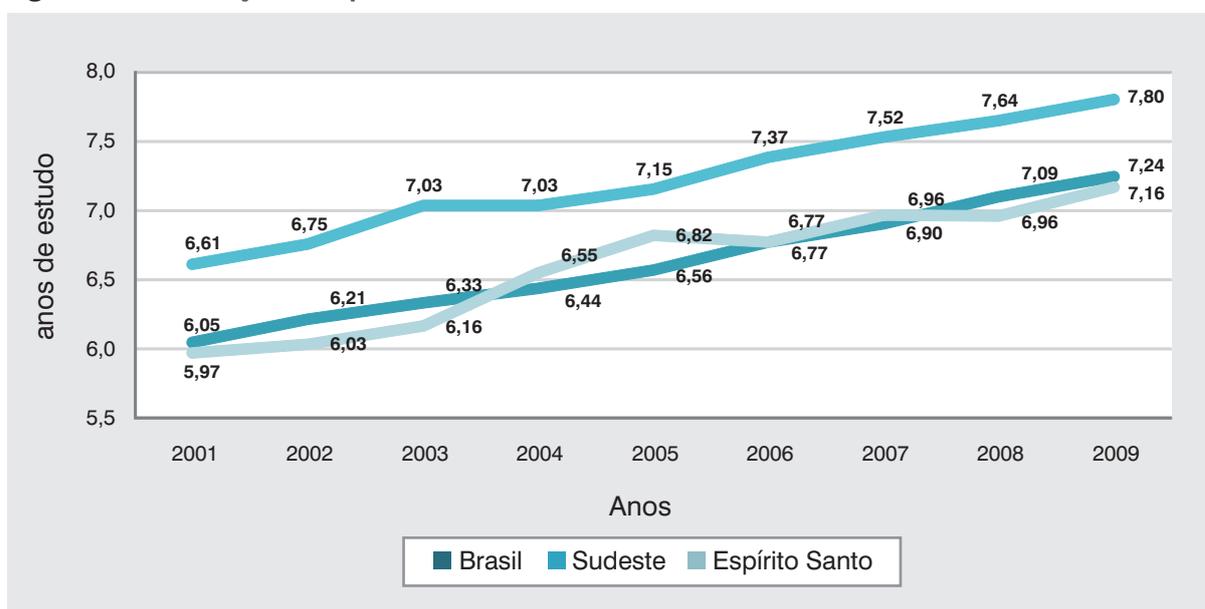
O Estado do Espírito Santo já deu o primeiro passo para elevar o nível médio de escolaridade de sua população, ao elevar a frequência escolar e manter a criança e o adolescente na escola, garantindo-lhe o avanço de seus níveis educacionais.

## 1.2 - ESCOLARIDADE MÉDIA

Um indicador mais sensível às políticas ativas na área de educação é a escolaridade média. Esta medida é um indicador-síntese das condições de provimento de serviços educacionais e padrão de vida da população, no presente e passado recente. A escolaridade média reflete a experiência de engajamento e “sobrevivência” das crianças, adolescentes e jovens no sistema de ensino, frente às condições de oferta de serviços educacionais, aos estímulos à progressão escolar e às possibilidades concretas das famílias ou poder público em garantir meios de manutenção dos indivíduos na escola (Jannuzzi, 2006).

Ao analisar a evolução da escolaridade média dos indivíduos com 25 anos ou mais de idade para o Espírito Santo durante o período de 2001 a 2009 (Figura 1.4) verificou-se uma elevação para 7,16 anos de estudo em 2009, valor próximo à média brasileira de 7,24 anos, porém inferior à média de 7,8 anos de estudo da região Sudeste. A evolução da média de escolaridade mostra que o Estado do Espírito Santo teve um incremento de aproximadamente 1 ano e 4 meses a mais de escolaridade entre 2001 e 2009. Para o Brasil observou-se um crescimento de 1 ano e 2 meses de escolaridade a mais, e para a região Sudeste observou-se um crescimento de 1 ano e 3 meses a mais de escolaridade. A escolaridade média no Espírito Santo cresceu em uma velocidade maior quando comparado ao Brasil e à região Sudeste.

**Figura 1.4 – Evolução comparativa da escolaridade média - 2001-2009**



Fonte: PNAD

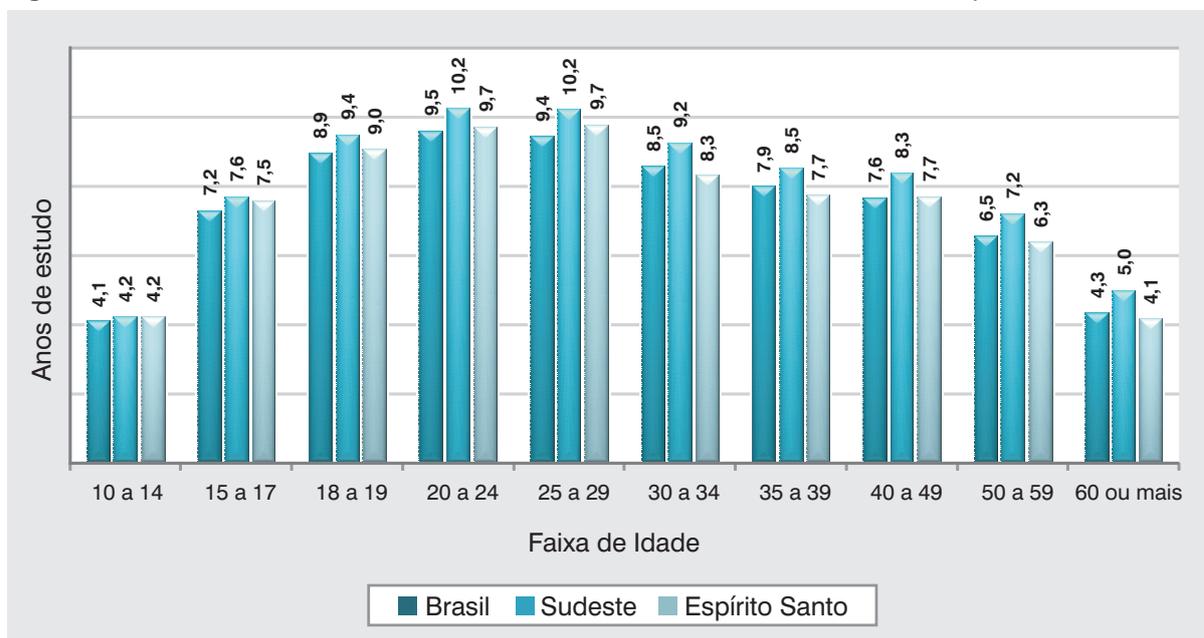
Elaboração: Rede de Estudos de Economia do Bem-Estar e do Setor Público

Vale destacar a evolução da escolaridade das mulheres com 25 anos ou mais de idade no Espírito Santo entre 2001 e 2009. Em 2001, as mulheres tinham em média uma escolaridade equivalente a dos homens (6,0 anos contra 5,9 anos de estudo, respectivamente). Porém, no período de 2001 a 2009 houve um distanciamento na escolaridade média em favor das mulheres, visto que em 2009 as mulheres obtêm

uma escolaridade de 7,31 anos de estudo, enquanto que a média de escolaridade dos homens foi de 7 anos. Esse resultado mostra que as mulheres capixabas estão permanecendo por mais tempo na escola e se tornando mais escolarizadas que os homens.

Ao se observar a escolaridade média por faixas de idade verifica-se que os indivíduos que tem, respectivamente, entre 20 e 24 anos, 25 e 29 e de 18 a 19 anos de idade possuem as maiores médias de escolaridade. Nessas faixas de idade o Espírito Santo obteve em 2009 uma média superior a média nacional, porém ainda abaixo da média da região Sudeste (Figura 1.5).

**Figura 1.5** – Número médio de anos de estudo conforme faixas etárias - Espírito Santo - 2009



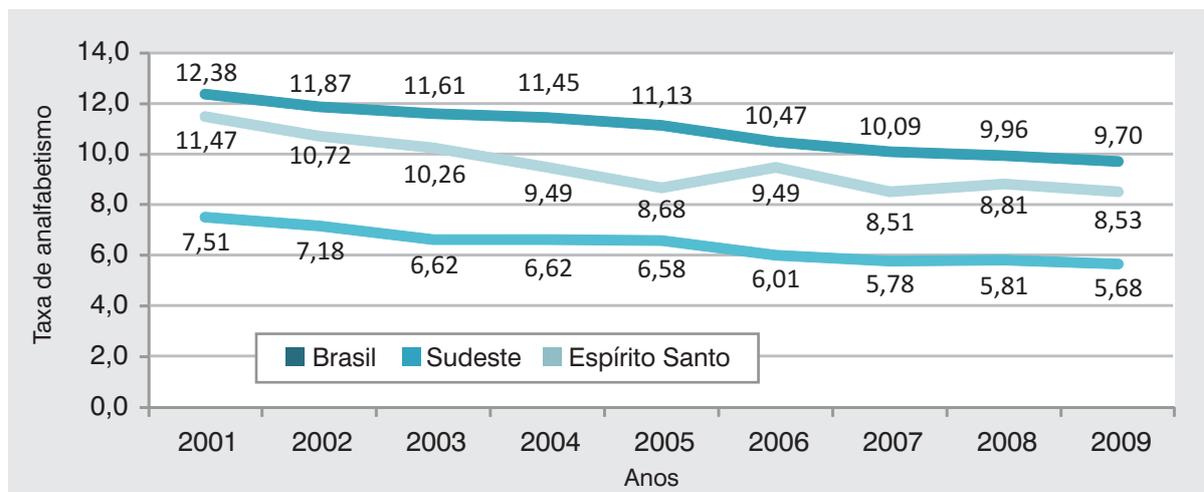
Fonte: PNAD

Elaboração: Rede de Estudos de Economia do Bem-Estar e do Setor Público

Além da melhora na escolaridade média no Estado houve, por outro lado, uma redução na taxa de analfabetismo entre 2001 e 2009 (Figura 1.6). Esta taxa que era de 11,47% em 2001 passou para 8,53% em 2009 (redução de aproximadamente 3 pontos percentuais).

Em termos comparativos verifica-se que a taxa de analfabetismo no Espírito Santo (8,53%) continua abaixo da taxa brasileira (9,70%), porém superior a da região Sudeste (5,68%). Segundo Januzzi (2006), este indicador expressa as deficiências de oferta, ou mesmo ausência de programas educacionais no passado. Por construção, a taxa de analfabetismo é um indicador pouco sensível a esforços de escolarização básica que têm por objeto, sobretudo, a população de 6 a 14 anos. Deste modo, a redução da taxa de analfabetismo demonstra os benefícios dos programas de educação de jovens e adultos (EJA), os quais cumprem um importante papel social ao promover a alfabetização ou o aprimoramento das habilidades cognitivas dos indivíduos anteriormente excluídos do processo educacional.

**Figura 1.6 – Taxa de analfabetismo para pessoas com 15 anos ou mais de idade - 2001-2009**

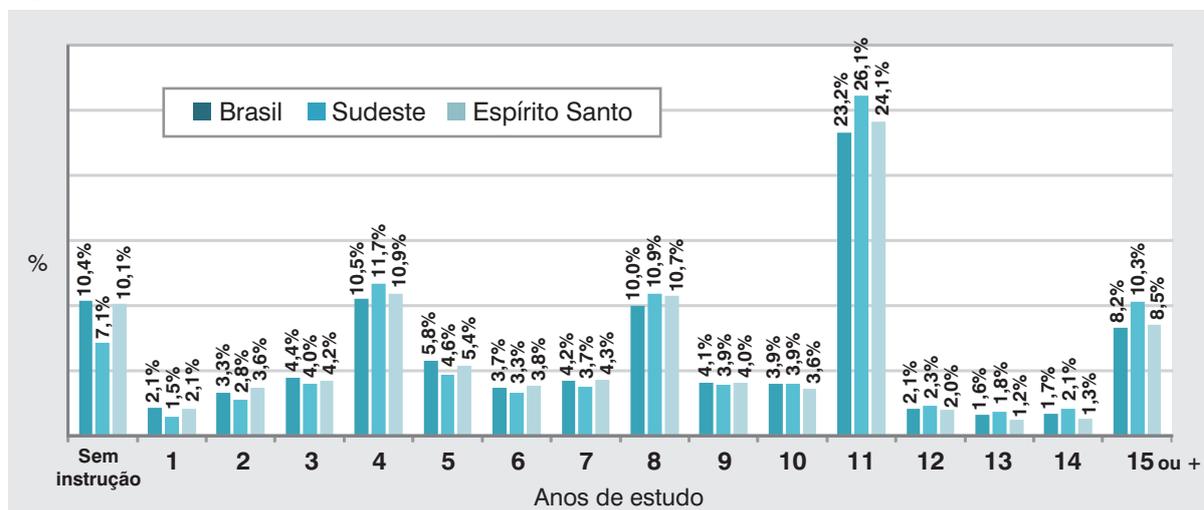


Fonte: PNAD

Elaboração: Rede de Estudos de Economia do Bem-Estar e do Setor Público

Quando se considera a escolaridade por níveis, verifica-se a concentração de um maior número de pessoas em alguns níveis específicos, como por exemplo, sem instrução (10,1%), 4 anos (10,9%), 8 anos (10,7%), 11 anos (24,1%) e 15 anos ou mais de estudo (8,5%), que correspondem aos períodos finais dos ciclos escolares (fundamental primeiro ciclo, fundamental segundo ciclo, ensino médio e ensino superior completo) (Figura 1.7).

**Figura 1.7 – Proporção de pessoas distribuídos por anos de estudo - 2009.**



Fonte: PNAD

Elaboração: Rede de Estudos de Economia do Bem-Estar e do Setor Público

Ao avaliar os intervalos de anos de estudo observa-se a existência de um contingente de aproximadamente 10,1% dos indivíduos com menos de um ano de estudo no Espírito Santo, equivalente a taxa brasileira (10,4%), porém superior ao valor da região Sudeste (7,1%). Aproximadamente 21% dos capixabas têm entre 1 e 4 anos de estudos, valor superior à nacional (20,3%) e à região Sudeste (19,8%). Ao se analisar indivíduos com escolaridade entre 5 e 8 anos de estudo observa-se que cerca de 24% dos capixabas possuem este intervalo de escolaridade, valor superior à nacional

(23,6%) e à região Sudeste (22,5%). Cerca de 30% dos capixabas tem entre 9 e 11 anos de estudo, valor superior à nacional (31,2%) e inferior à região Sudeste (33,9%). Em torno de 13% dos capixabas tem 12 anos ou mais de estudo (Figura 1.7).

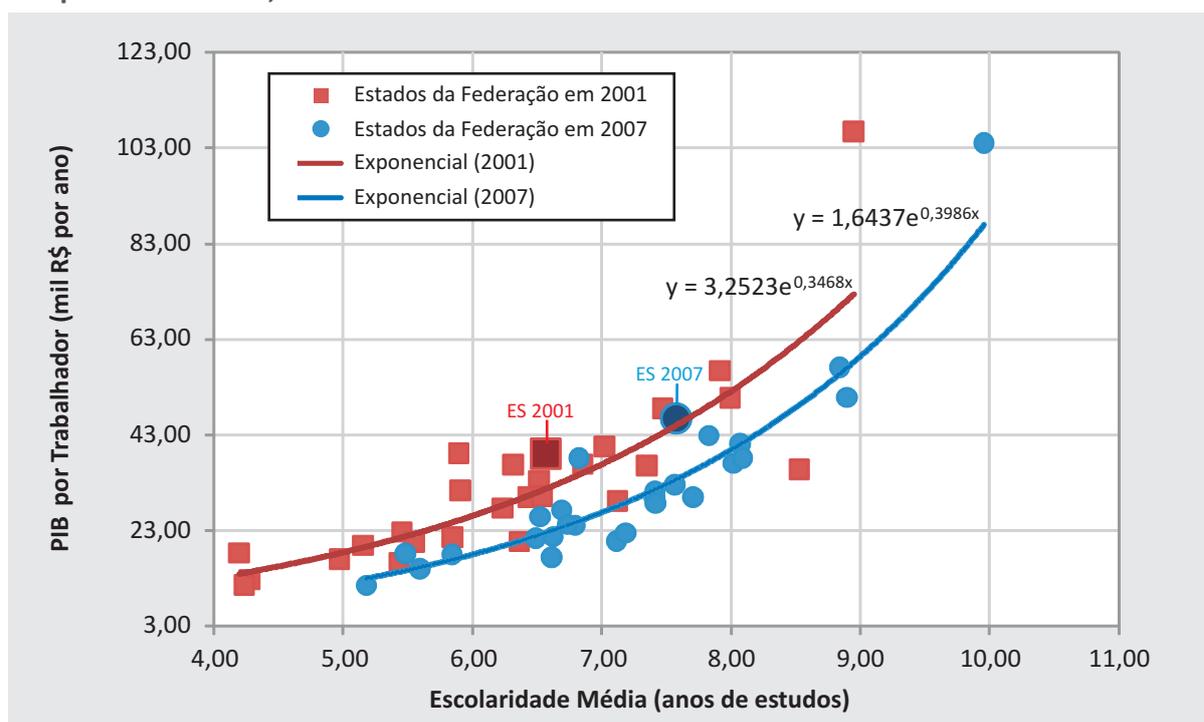
Como ressaltado, o nível de escolaridade de uma região pode ser fator chave para o processo de desenvolvimento econômico. A Figura 1.8 permite estabelecer a relação entre o nível de escolaridade média e o PIB por trabalhador em 2001 e 2007.

Uma simples análise transversal da relação entre a escolaridade média dos trabalhadores e o PIB por trabalhador para as várias Unidades da Federação mostra que um ano adicional de escolaridade está associado, em média, a um aumento de 34,7% no PIB estadual por trabalhador em 2001 e de 39,9% em 2007.

Em 2001, a escolaridade média por trabalhador no Estado era de 6,6 anos de estudo, todavia, a escolaridade média das Unidades da Federação para atender a demanda de uma estrutura produtiva semelhante ao do Estado do Espírito Santo era em média de 7,2 anos de estudo. Com isso, comparativamente a média dos outros estados, a defasagem de escolaridade, em 2001, para o Espírito Santo é de 0,6 anos de estudo.

No ano de 2007, a escolaridade média dos trabalhadores capixabas aumentou para 7,6 anos de estudo. No entanto, a escolaridade média dos trabalhadores para atender a estrutura produtiva semelhante a do Espírito Santo era de 8,4 anos de estudos, alcançando uma defasagem de escolaridade média por trabalhador de 0,8 anos de estudo.

**Figura 1.8 – Relação entre a escolaridade média dos trabalhadores de 25 anos ou mais e o PIB por trabalhador, 2001 e 2007**



Elaboração: Rede de Estudos de Economia do Bem-Estar e do Setor Público

Esse resultado é emblemático para o Estado, pois sugere que a estrutura produtiva se modifica em velocidade superior à evolução do nível de desenvolvimento do capital humano dos trabalhadores. Isto indica que em um futuro próximo, a escassez de mão-de-obra qualificada e a defasagem de capital humano da força de trabalho podem constituir um sério entrave para o crescimento econômico do Estado.

## 2 - MERCADO DE TRABALHO

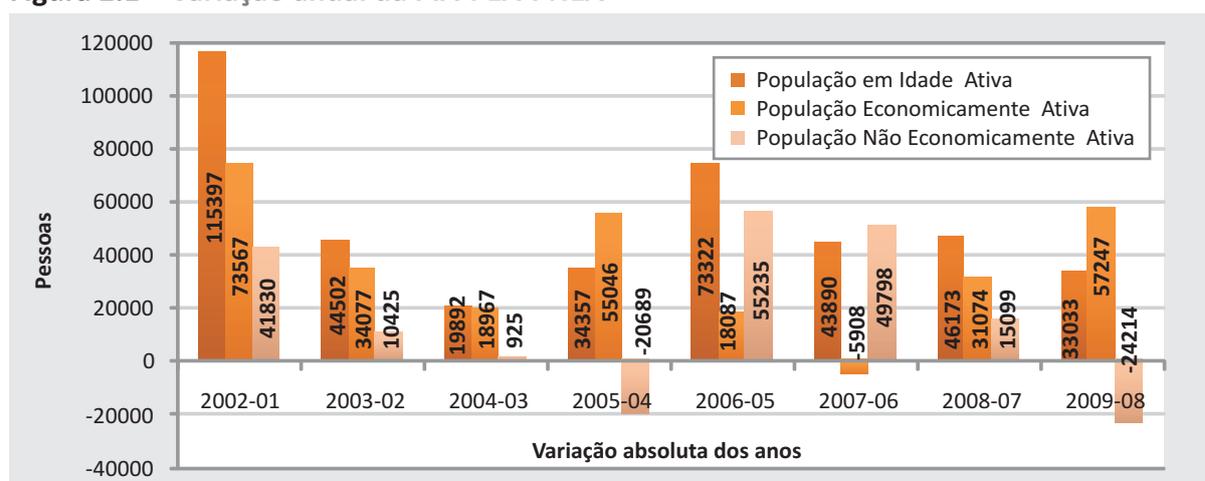
Esta análise tem como objetivo apresentar o desempenho do mercado de trabalho capixaba no ano de 2009, tendo como base os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O comportamento de alguns dos principais indicadores de desempenho será avaliado tendo em vista os resultados dos anos anteriores, em particular os de 2008, na tentativa de se compreender melhor os reflexos da crise econômica pelo qual passou a economia mundial.

Questões como desemprego, atividade, ocupação, rendimentos e informalidade são estratégicas e sua análise permite que se evidenciem os reflexos desses choques adversos diretamente sobre o nível de bem estar da população, além de servir para a orientação e definição de políticas públicas mais efetivas.

Para isso, é crucial ter o entendimento das características do mercado de trabalho. Segundo definição do IBGE (2009), é considerado trabalho em atividade econômica o exercício de: (i) ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios – como moradia, alimentação e roupas – na produção de bens e serviços; (ii) ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios no serviço doméstico; e (iii) ocupação sem remuneração na produção, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana de referência.

No Espírito Santo, em 2009, a população em idade ativa (PIA) era de 2,64 milhões de pessoas, enquanto a população residente como um todo era de 3,4 milhões. A PIA pode ser desmembrada em população economicamente ativa (PEA), que era composta por 1,8 milhões de pessoas em 2009, e população não-economicamente ativa (PNEA), que é a parcela da PIA que não participa do mercado de trabalho, e na qual se encontravam 743 mil pessoas.

**Figura 2.1 – Variação anual da PIA-PEA-PNEA**



Fonte: PNAD

Elaboração: Rede de Estudos de Economia do Bem-Estar e do Setor Público

<sup>1</sup>A semana de referência corresponde à semana – de domingo a sábado – que precede a semana em que são feitas as entrevistas e, portanto, define seu recorte temporal (IBGE, 2010).

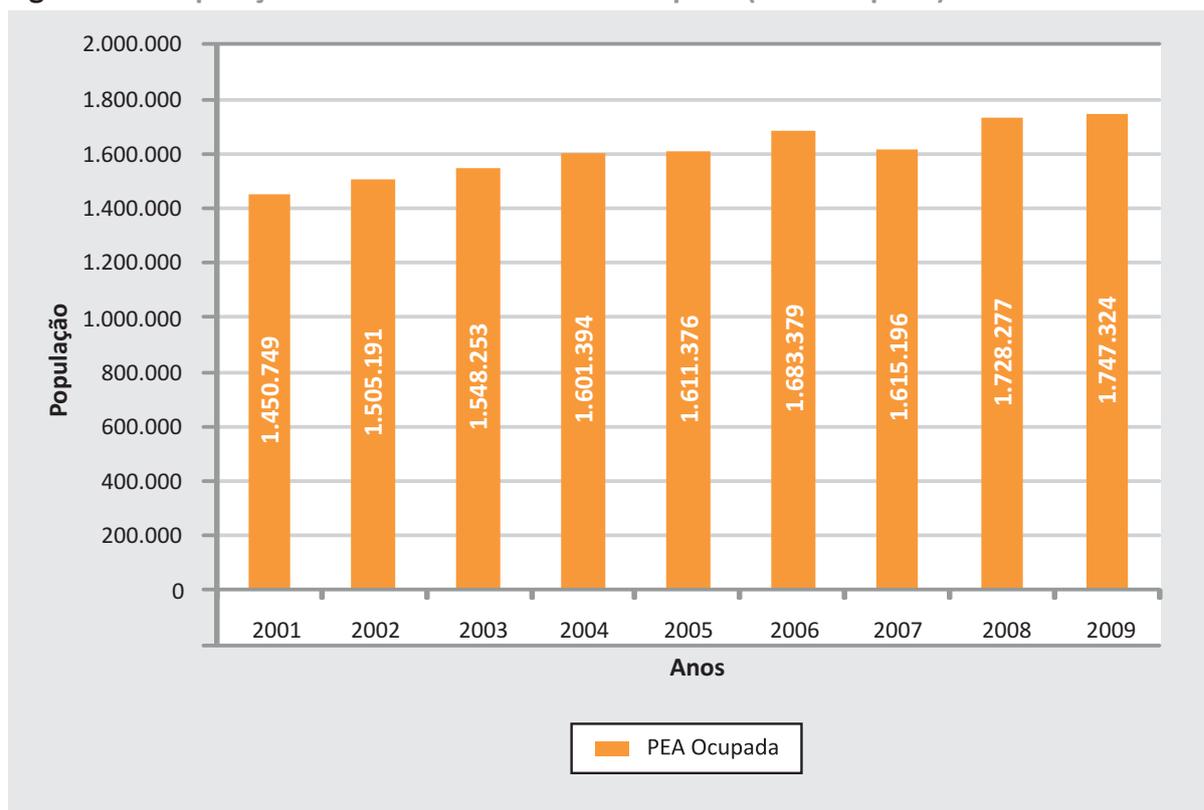
<sup>2</sup>População de 15 a 64 anos.

<sup>3</sup>Essa divisão da população em idade ativa em economicamente ativos (integrantes da PEA) e não-economicamente ativos (pertencentes à Pnea) é também conceituada como condição de atividade, que classifica os indivíduos, com base na sua situação na semana de referência.

Ao longo do período de 2001 a 2009 a PIA apresentou tendência crescente, com variações médias de 2,1% ao ano, valor próximo à variação média da PEA (2,2% a.a.). Em relação a 2008, houve um ingresso de 64 mil pessoas no mercado de trabalho como população economicamente ativa, o que gerou uma maior pressão da oferta de mão-de-obra sobre o total de postos de trabalho disponíveis. Em contrapartida, houve redução da Pnea em 42 mil pessoas apesar de ter apresentado variações positivas na maior parte do período (Figura 2.1).

Conforme metodologia do IBGE (2010), a PEA é constituída pela soma dos contingentes de ocupados e desocupados. Foram classificados como ocupados, na semana de referência, os indivíduos que exerceram trabalho remunerado naquela semana, assim como os que exerceram trabalho não-remunerado durante pelo menos 15 horas naquele período, e ainda os que tinham trabalho remunerado, mas do qual estavam temporariamente afastados. Não foram considerados ocupados os indivíduos que exerceram trabalho para o próprio consumo ou construção própria na semana de referência.

**Figura 2.2 - População Economicamente Ativa Ocupada (PEA-Ocupada)**



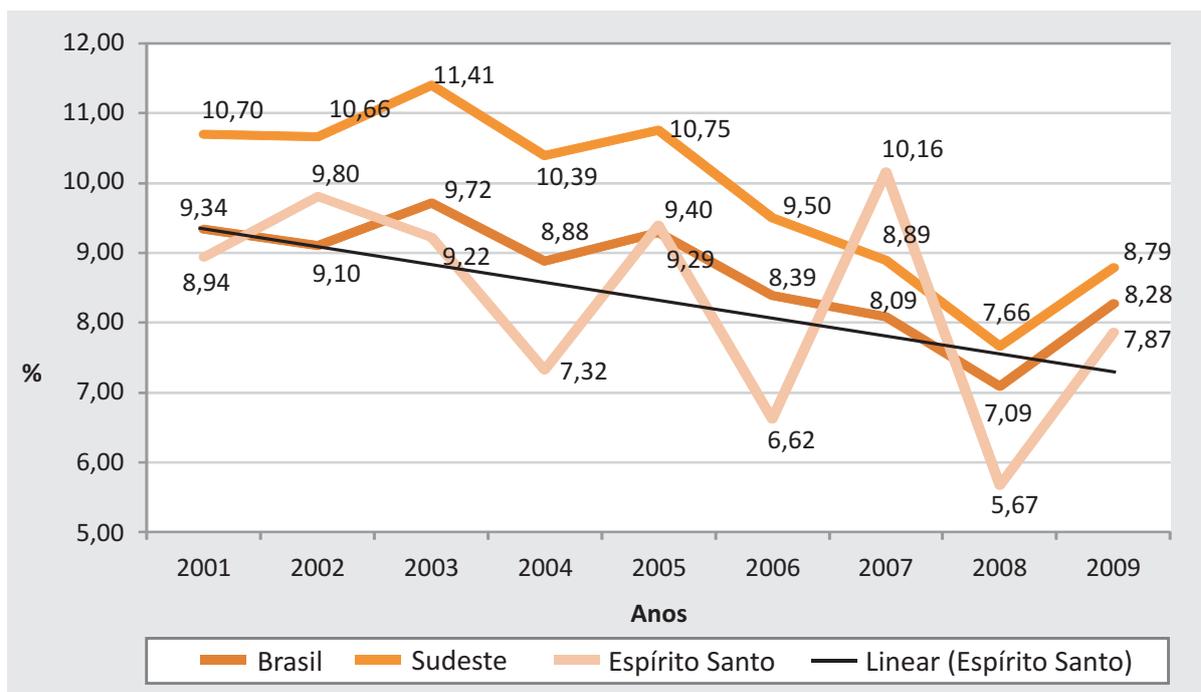
Fonte: PNAD

Elaboração: Rede de Estudos de Economia do Bem-Estar e do Setor Público

O crescimento da PEA Ocupada no período 2001-2009 foi de 296.575 pessoas (20,44%) e, em relação ao ano de 2008, 19.047 pessoas (1,10%). O crescimento médio do período foi de 2,40%. O aumento da PEA ocupada foi observado em todos os anos, com exceção de 2007 quando houve diminuição de 68.183 pessoas em relação a 2006. Destaque-se o período 2007-2008 com incremento de 113.081.

A taxa de desemprego, dada pela participação da população desocupada na soma da população ocupada e desocupada (PEA=População Ocupada+População Desocupada), é o indicador mais utilizado para a avaliação do desempenho do mercado de trabalho. A figura 2.3, mostra a evolução da taxa de desemprego do Espírito Santo no período tratado.

**Figura 2.3 – Taxa de Desemprego ou Desocupação (15 anos ou mais)**



Fonte: PNAD

Elaboração: Rede de Estudos de Economia do Bem-Estar e do Setor Público

Foram considerados como desocupados, ou desempregados, os indivíduos que: (i) não exerceram trabalho na semana de referência, mas que procuraram trabalho na mesma semana; (ii) exerceram trabalho não-remunerado na semana de referência e trabalharam menos de 15 horas, mas procuraram trabalho na mesma semana; e (iii) exerceram trabalho para o próprio consumo ou construção própria na semana de referência, mas procuraram trabalho na mesma semana.

De modo geral, quando esse indicador se encontra em níveis reduzidos, a avaliação tende a ser de que o mercado de trabalho apresenta bom desempenho. Em 2009 foi verificado no mercado de trabalho capixaba um aumento do nível de ocupação, com a criação de 19 mil novos postos de trabalho. Contudo, mesmo com essa elevação, a economia capixaba não apresentou demanda suficiente para compensar a elevação da oferta de mão de obra. Dessa forma, presenciou-se uma queda da taxa de ocupação de 2,2p.p em 2009 (92,1%) em relação a 2008 (94,3%).

No período entre 2001 e 2009 o desemprego foi mais intenso nos extratos de renda mais baixos. Ao dividir a renda em dez partes iguais (decis), as quatro primeiras mais baixas apresentaram uma média de desemprego (24,2%; 13,8%; 12,7%; e 9,8%, respectivamente) acima da média do Estado de 8,3%. Esse valor situa o Espírito Santo

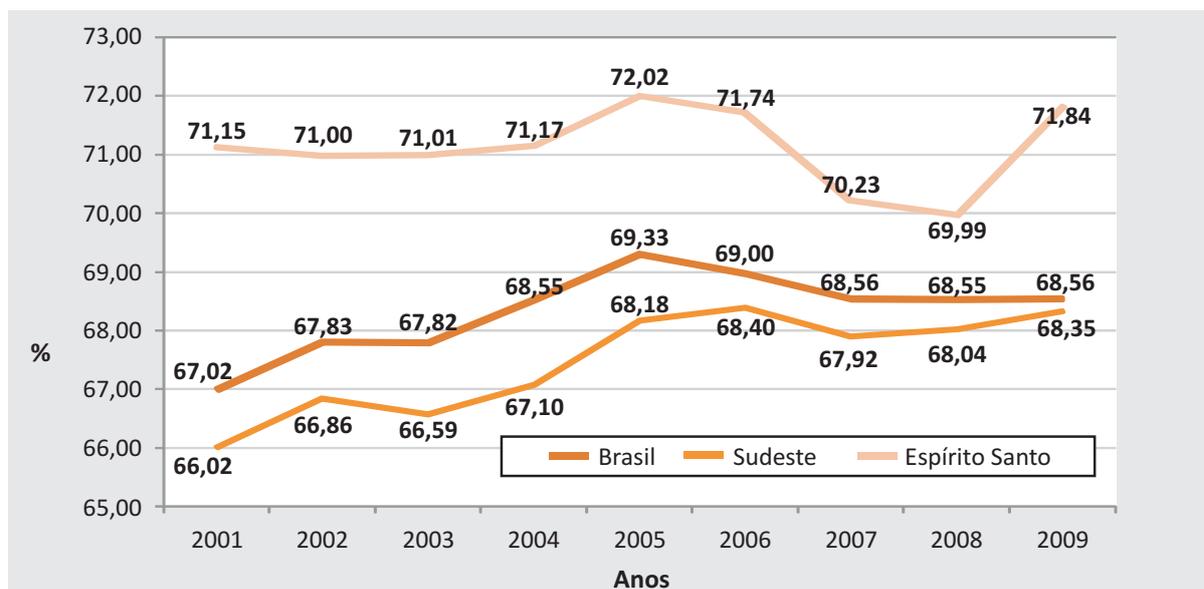
em níveis de desemprego abaixo da região Sudeste e do Brasil, que apresentaram média de 9,86% e 8,69% respectivamente. Contudo, o comportamento da taxa de desemprego do Espírito Santo nesse período apresentou instabilidade maior do que às taxas referentes ao Brasil e à região Sudeste (Figura 2.3). Essa instabilidade, acentuada nos anos 2007 e 2008, pode ser explicada pelos crescentes níveis das taxas de investimento verificados desde 2002 e pela conseqüente mudança na estrutura produtiva capixaba.

Entre 2008 e 2009 verificou-se um aumento de 2,2 p.p. na taxa de desemprego do Espírito Santo, que passou de 5,67% para 7,87%. Essa variação decorre do crescimento da PIA (pessoas jovens que entraram no mercado de trabalho) e do fluxo de pessoas que já faziam parte da PIA e transitaram da inatividade para a atividade. Dessa forma, faz-se necessário analisar a taxa de atividade do mercado de trabalho, pois a mesma pressiona a taxa de desemprego.

A taxa de atividade, ou de participação, corresponde ao quociente da PEA pela PIA. No período de 2001 a 2009 esse indicador oscilou entre 70% e 72% no Espírito Santo, sendo que em 2009 presenciou-se o maior crescimento desta taxa em relação ao ano imediatamente anterior (1,85 p.p.), ao atingir o nível de atividade de 71,84% (Figura 2.4). Tal fato mostra um aumento do contingente de mão-de-obra potencialmente disponível para a atividade econômica. Este comportamento confirma a análise realizada anteriormente, ao indicar a redução dos inativos como um fator importante para o crescimento acentuado da PEA.

Ao desagregar a taxa de atividade por gênero, observa-se que, em relação a 2008, houve em 2009 um aumento de 1,6% da taxa de atividade feminina (62,47%), e elevação de 0,3% da taxa masculina (81,84%). E no que se refere à desagregação por idade, a faixa etária entre 30 e 39 anos apresentou maior aumento (1,3%).

**Figura 2.4 – Taxa de Atividade (15 anos ou mais)**



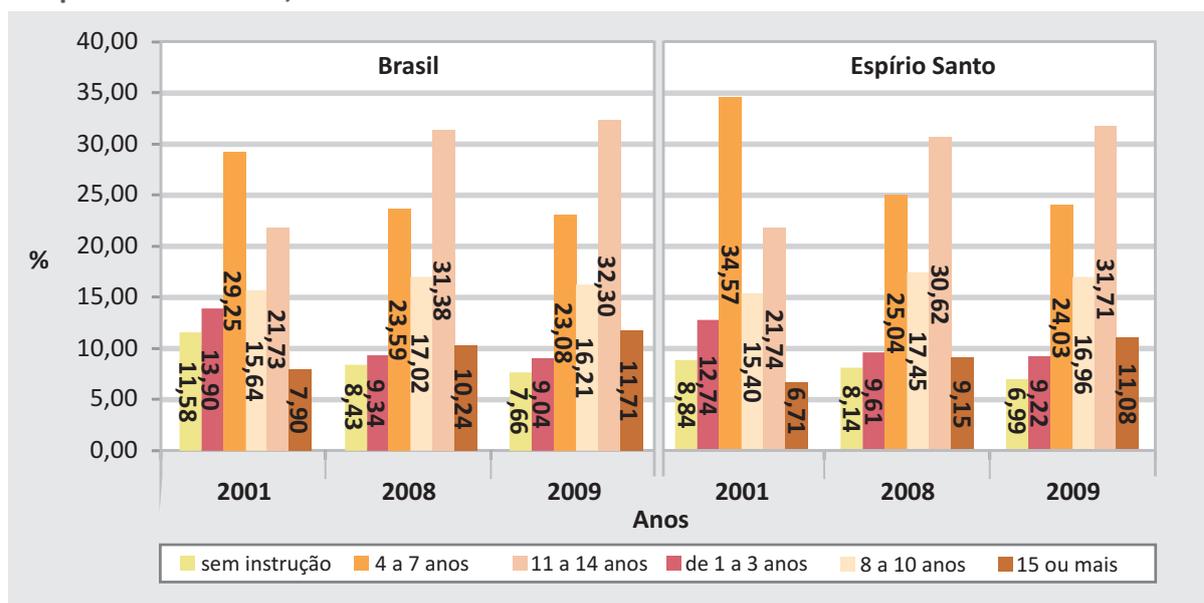
Fonte: PNAD

Elaboração: Rede de Estudos de Economia do Bem-Estar e do Setor Público

De acordo com Jannuzzi (2006), além de ser um indicador econômico de disponibilidade de mão-de-obra para a produção econômica, a taxa de atividade é um indicador útil para avaliar três aspectos diferentes da realidade social: (i) apontar o grau de envolvimento necessário dos indivíduos para geração de renda para sua sobrevivência física e reprodução social; (ii) avaliar a eficácia das políticas de previdência social e ensino básico em garantir meios para que idosos e crianças não precisem se engajar em atividades econômicas; por fim, (iii) apontar o grau de disseminação de valores “modernos” com relação ao papel da mulher na sociedade.

A economia capixaba também começou a exigir uma maior especialização dos seus trabalhadores ao longo do período, o que provocou mudanças na estrutura da ocupação, ou do emprego, de acordo com o grau de escolaridade dos indivíduos. De acordo com a figura 2.5, entre 2001 e 2009, a ocupação segundo anos de estudo aumentou para as pessoas com 11 a 14 anos de estudo e com 15 ou mais de estudo (de 21,7% para 31,7%, e de 6,7% para 11,1%, respectivamente). Em contrapartida, os trabalhadores menos escolarizados perderam espaço no contingente total de ocupados nesse período, comportamento também verificado em nível nacional.

**Figura 2.5 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas segundo anos de estudo – Brasil e Espírito Santo 2001, 2008 e 2009.**



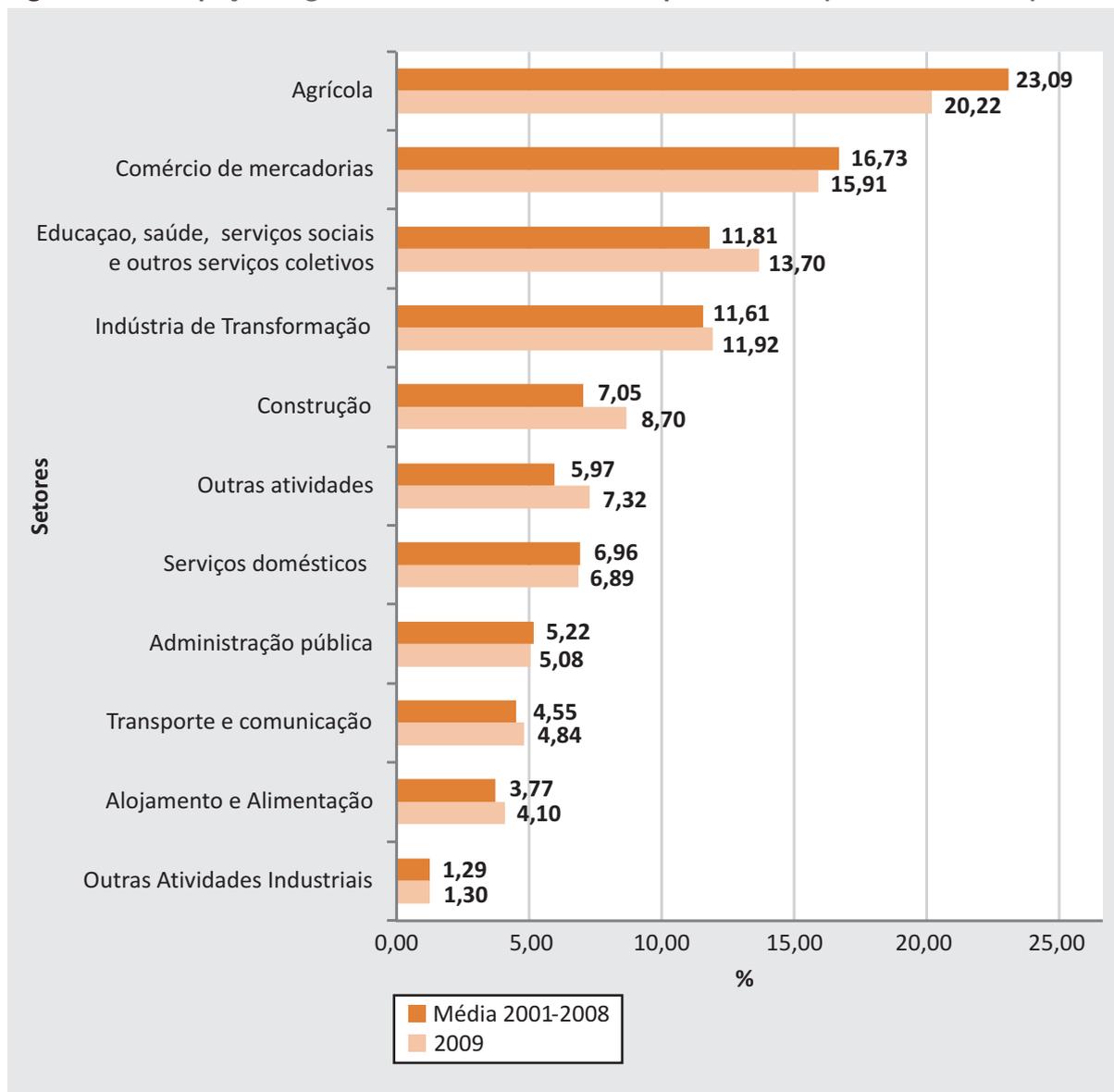
Fonte: PNAD

Elaboração: Rede de Estudos do Economia do Bem-Estar e do Setor Público

Quando o emprego é desagregado por ramo de atividade (Figura 2.6), os maiores níveis de ocupação são encontrados no setor Agrícola e no setor de Comércio de mercadorias, com a distribuição de ocupados de 20,2% e 15,9% do total, respectivamente. O setor que mais elevou sua participação em 2009 em comparação a média 2001-2008 foi o da Educação, Saúde, Serviços Sociais e Outros Serviços Coletivos com 1,89 p.p., acompanhado por Construção (1,65 p.p.) e Outras atividades (1,34 p.p), enquanto a maior diminuição de postos de trabalho foi sentida nos setores Agrícola (-2,86 p.p.) e no Comércio de mercadorias (-0,81 p.p). O setor de Indústria de

transformação, tradicionalmente encarado como segmento líder e indutor do processo de desenvolvimento econômico do Estado, apresentou média de ocupação de 11,5% do total ao longo do período 2001-2009.

**Figura 2.6 - Ocupação segundo ramo de atividade - Espírito Santo (10 anos ou mais)**



Fonte: PNAD

Elaboração: Rede de Estudos de Economia do Bem-Estar e do Setor Público

Obs. : A categoria Alojamento e Alimentação, não tem correspondente em 2001, portanto a média dessa variável é relativa ao período 2002 a 2008.

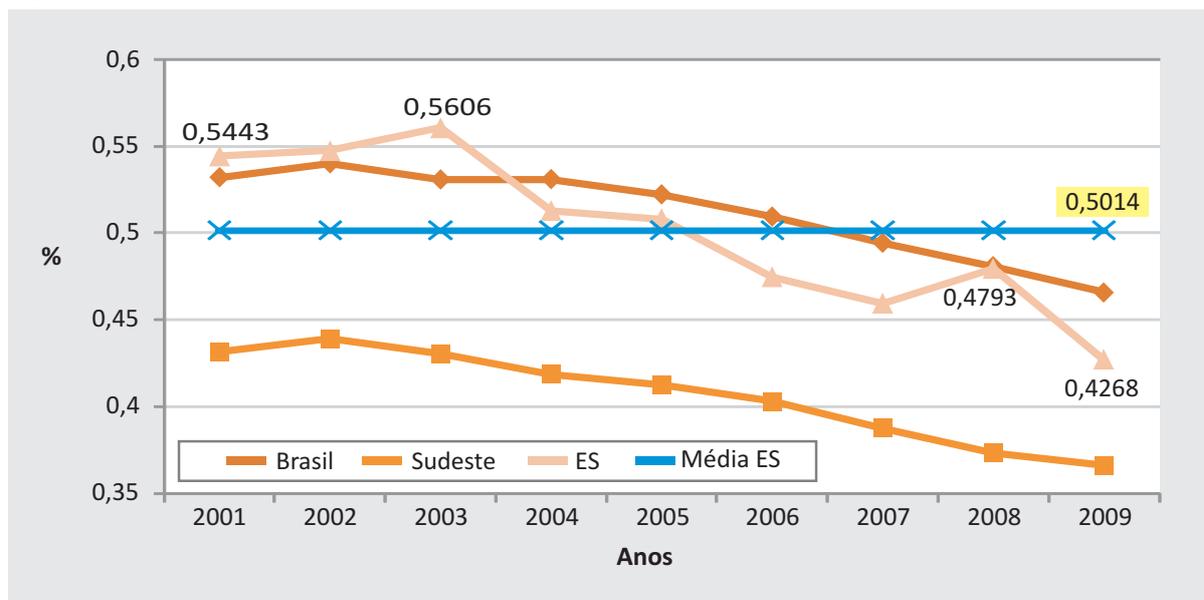
Com base nos dados da PNAD (2009) refletidos na Figura 2.6 ainda ressalta-se que o setor Agrícola, atividade com maior média de ocupação durante o período 2001-2008, é um setor tipicamente informal (83,13% de informalidade) (PNAD, 2009).

De acordo com Ramos (2007), a informalidade é um fenômeno que chama a atenção de especialistas, formuladores de política e da sociedade em geral por uma série de

motivos. Na sua expressão mais direta, o setor informal é encarado como gerador de empregos de baixa qualidade e remuneração, ineficiências e custos econômicos adicionais.

A figura 2.7 apresenta a evolução do grau de informalidade no Espírito Santo de 2001 a 2009.

**Figura 2.7 – Grau de Informalidade<sup>1</sup> (15 anos ou mais)**



Fonte: PNAD

Elaboração: Rede de Estudos da Economia do Bem-Estar e Setor Público

<sup>1</sup>O grau de informalidade utilizado é definido como a razão entre trabalhadores sem carteira ou não contribuintes à instituto de previdência sobre o total de ocupados.

No período tratado, o Estado apresentou queda no grau de informalidade. Essa queda teve início a partir de 2003, quando o nível de informalidade apresentou valor mais elevado (56,1%). No período 2008-2009 (período pós crise econômica), esse nível foi reduzido em 5,25 p.p., menor nível da década (42,7%). Quando comparado à região Sudeste, os níveis de informalidade encontrados para o Espírito Santo são superiores (Figura 2.6). Isso ocorre devido à maior industrialização da região Sudeste em comparação ao Estado, haja vista o maior número de ocupados no setor industrial para Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, e a grande ocupação observada em atividades agrícolas no Estado, como reflete a Figura 2.6.

A se confirmarem as retrações nas ocupações para os setores tipicamente informais (Agricultura e Comércio de Mercadorias) e a expansão da Indústria de Transformação (tipicamente formal) e dos setores Educação, Saúde, Serviços Sociais e Outros Serviços Coletivos (predominantemente formal) pode-se esperar uma continuidade na tendência de queda do grau de informalidade para o Estado.

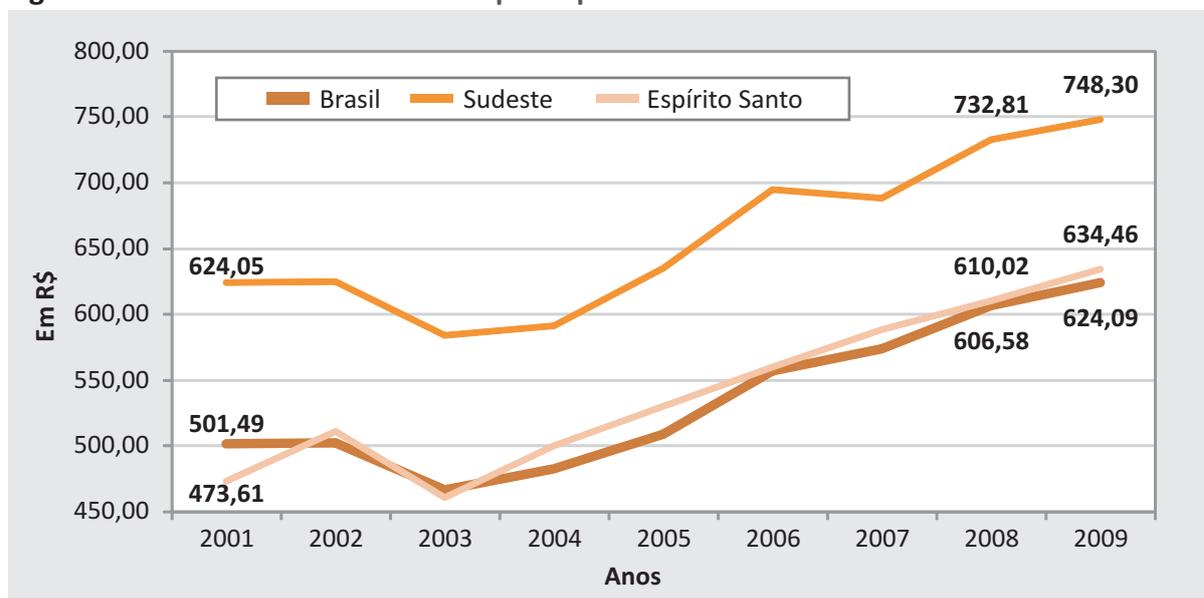
<sup>4</sup>Segundo dados da PNAD (2009) o setor agrícola apresenta 83,13% dos ocupados na informalidade, seguido por comércio de mercadorias (37,94% de informalidade), indústria de transformação (29,12% de informalidade), outros serviços coletivos (26,51% de informalidade) e educação, saúde e serviços sociais (13,48% de informalidade).

Por fim, a renda média domiciliar per capita (Rmdpcr) é outro agregado de interesse no acompanhamento do mercado de trabalho, pois além de indicar a potencialidade de compra do mercado consumidor, permite avaliação do ajuste macroeconômico no mercado de trabalho (salários versus emprego) dos efeitos das medidas de política monetária e fiscal; e da capacidade de barganha dos sindicatos (JANNUZZI, 2006).

Assim, no que se refere aos rendimentos dos trabalhadores capixabas, observa-se uma tendência de crescimento da Rmdpcr a preços de 2009. Essa evolução ocorre a partir de 2003 e, apesar da crise econômica de 2007-2008, não houve retração (Figura 2.8).

A Rmdpcr verificada em 2009 (R\$634,46) foi 19,8% acima da média para o período entre 2001-2008, que foi de R\$529,46. A desagregação da Rmdpcr por situação censitária permite identificar uma diferença elevada entre os indivíduos residentes nas zonas urbanas e rurais. Na zona urbana a Rmdpcr passou de R\$671,30 em 2008 para R\$696,02 em 2009, o que indica aumento de 3,68%. Na zona rural, por sua vez, os rendimentos aumentaram 3,96% ao passar de R\$328,31, em 2008, para R\$341,31, em 2009.

**Figura 2.8 – Renda Média Domiciliar per capita real**



Fonte: PNAD

Elaboração: Rede de Estudos de Economia do Bem-Estar e do Setor Público

O conjunto de informações aqui apresentadas mostra que apesar do aumento do nível de desocupação em 2009, o desempenho do mercado de trabalho foi bastante satisfatório, prosseguindo a trajetória de queda da informalidade e de aumento da renda média domiciliar per capita real assim como do número de postos de trabalho gerados e no nível da taxa de atividade. Constata-se, além disso, uma mudança estrutural do mercado de trabalho em relação à educação, refletida no crescimento da ocupação dos trabalhadores mais escolarizados em detrimento dos menos escolarizados.

## Referências Bibliográficas

BARROS, R.P. “Os Determinantes da Desigualdade no Brasil”, Seminário 22/97, IPE-USP, 1997.

BARROS, R.P., HENRIQUES, R. E MENDONÇA, R. “Education and Equitable Economic Development”, *Economia*, Vol 1, no.1, 2000.

BARROS, R. P., HENRIQUE, R. MENDONÇA, R. Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Rio de Janeiro, 2002 (Texto para Discussão, 857).

BECKER, GARY S. Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education. 3. ed. Chicago: Universidade de Chicago, 1993.

FELICIO, F. FERNANDES, R. O Efeito da Qualidade da Escola sobre o Desempenho Escolar: uma avaliação do ensino fundamental no Estado de São Paulo. In: Encontro Nacional de Economia, n.33, Salvador, 2005.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2000. Rio de Janeiro, 2010.

JANNUZZI, PAULO DE MARTINO. Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. 3. ed., Campinas, Alínea, 2006, 141 p.

LANGONI, C.G. Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil, Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

RAMOS, LAURO. O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais. Texto para discussão n. 1255. Ipea, Rio de Janeiro, 2007.

SCHULTZ, T. W. O valor econômico da educação. Rio de Janeiro. Editora: Zahar, 1973.

Editoração:  
Eugênio Herkenhoff